

A Armada Imperial e o Estado Cisplatino Oriental no contexto da construção dos Estados Nacionais na América do Sul (1822 – 1824)

The Imperial Navy and the “Estado Cisplatino Oriental” in the context of the construction of National States in South America (1822 – 1824)

Fábio Ferreira

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF); membro do grupo “Estudos críticos, teóricos e historiográficos sobre as Américas (Escritas)” e coordenador do “Grupo de Estudos das Trajetórias das Organizações (GESTOR).”

RESUMO

No processo de construção do Estado Imperial Brasileiro, iniciado em 1822, Pedro I, a partir do Rio de Janeiro, tentava, arduamente, pôr sob sua autoridade praticamente a metade do território do antigo Reino do Brasil. Assim, este artigo analisará a atuação do Império para estabelecer a fronteira sul no Rio da Prata, sem ignorar o quanto as questões concernentes aos limites meridionais eram influenciadas pelas parcas condições que o Imperador possuía para gerir a unidade político-administrativa que estava a ser criada, bem como pelos rumos da guerra no Norte do Brasil. Por fim, analisar-se-á a relevância das forças navais para a implementação do projeto fluminense de controlar o vasto território situado do Amazonas ao Prata.

PALAVRAS-CHAVE: Rio da Prata; Estado Cisplatino; Independência; Guerra; Marinha do Brasil.

ABSTRACT

In the process of building the Brazilian Imperial State, which began in 1822, Pedro I, established in Rio de Janeiro, acted to submit almost half of the territory of the former Kingdom of Brazil under his rule. Thus, the article will analyze the Empire's actions to establish its southern border on the Río de La Plata, considering how the southern limits were influenced by the Emperor's penniless, as well as the direction of the war in Brazilian Northern. Finally, the relevance of the naval forces for the implementation of Rio de Janeiro's imperial project of controlling the territory situated from Amazonas to Prata will be analyzed.

KEY WORDS: *Río de la Plata, Estado Cisplatino, Independence, War, Brazilian Navy.*

INTRODUÇÃO

Montevideú, 1824. Os Voluntários Reais, força composta por militares fiéis ao governo de Portugal, abandonaram, em embarcações providenciadas pelo governo brasileiro, a cidade situada no estuário do Prata. Dias depois, tropas do Império pisaram em solo montevideano. A líder-las estava o General Carlos Frederico Lecor, que servia ao jovem monarca, que, por sua vez, foi aclamado Imperador na urbe platina, na qual, no mencionado ano, foi jurada a primeira Constituição do Brasil. Estava o Império unido, ao menos formalmente, do Amazonas ao Prata sob um regime monárquico constitucional.

Mas, como uma cidade que até 1814 era base naval de Castela no Atlântico Sul e forte bastião político da monarquia espanhola no espaço sul-americano passou, no decênio seguinte, ao recém-criado Império do Brasil? Quais aspectos políticos e militares levaram à drástica mudança em 1824? Para o melhor entendimento do Estado brasileiro tendo como fronteira sul a margem setentrional do Prata é fundamental retroceder no tempo e voltar aos processos de deterioração do Vice-Reino do Rio da Prata e do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, assim como às guerras de Independência do Brasil e da América Espanhola. Portanto, para melhor compreensão da formação do Estado Nacional brasileiro e dos seus limites meridionais serão analisados, no artigo, episódios militares e políticos das décadas de 1810 e 20.

A reconstituição histórica dá-se, então, através de fontes bibliográficas, mas, principalmente, documentais, como, por exemplo, periódicos portenhos que compõem o acervo da Biblioteca Nacional argentina, as atas das reuniões do Congresso que criou o Estado Cisplatino Oriental, hoje sob a guarda do Archivo General de la Nación, em Montevideú, e ofícios dos

gestores da administração portuguesa/brasileira da Banda Oriental/Estado Cisplatino, disponíveis no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Agregam-se, ainda, documentos do período em questão publicados nos séculos XIX e XX, conforme o leitor constatará, ao longo da leitura do artigo, nas notas e nas referências bibliográficas e documentais.

Pontua-se que as questões analisadas desenvolveram-se em um mundo no qual a importância dos rios e dos mares era fundamental para a economia, para a política e para a guerra. O bloqueio de uma via fluvial talvez lançasse à fome significativo contingente populacional, bem como tinha chances concretas de impedir que o governo central tivesse acesso a outras partes do próprio Estado do qual era sede. Através dos mares poderiam chegar ou partir forças inimigas, que, a seu turno, determinariam a vitória ou a derrota de projetos políticos, como, por exemplo, o de manter vinculado ao recém-nato Estado Imperial a margem esquerda do Prata.

Ao exposto, soma-se que no contexto da eclosão de várias guerras no Novo Mundo (HOUAISS, 2009) deve-se considerar a atuação das forças militares nos processos políticos e nos conflitos bélicos que o continente atravessou ao longo de várias décadas, sejam os combates designados como os de Independência, sejam os relacionados à construção dos Estados Nacionais, que, em inúmeros casos, estiveram profundamente atrelados e que contribuirão para o melhor entendimento do processo de criação do Brasil e do Uruguai tal qual os conhecemos hoje.

O BRASIL E O PRATA NOS TEMPOS DE D. JOÃO

O ano de 1808 foi importante para o espaço ibero-americano, contribuindo para uma melhor compreensão das questões

de 1824 que envolveram o Estado Imperial brasileiro e o Prata, à altura limite austral do Brasil. Na Europa, a família real da Espanha foi presa por Napoleão Bonaparte e, diante da acefalia da monarquia, geraram-se múltiplos conflitos armados na América Espanhola e na península Ibérica, pois vários foram os projetos de poder em disputa à época e demasiado intensa foi a falta de consenso político em torno dos referidos planos (FERREIRA, 2010a).

No Prata, atrelada aos contextos políticos europeu e americano, eclodiu, em Buenos Aires, a Revolução de Maio¹. Do outro lado do rio, na Banda Oriental², Artigas³ aderiu aos revoltosos, tendo rompido com o governo da Espanha que, a seu turno, era exercido por junta que buscava governar os domínios de Castela em nome da família real aprisionada. Por divergências em seus projetos políticos, a aliança de Artigas com os portenhos não foi duradoura. Grosso modo, os últimos brigavam pela centralização político-administrativa em solo buenairense das áreas que compuseram o antigo Vice-Reino, o que desagradava às demais partes, ou seja, às províncias de outrora. Assim, o Prata passou a assistir às lutas entre os partidários de Buenos Aires, de Artigas e da monarquia espanhola, tendo sido Montevideu controlada, até 1814, pelos súditos de Castela.

Nos domínios portugueses, desembarcaram, no Brasil, em 1808, os membros da família real lusa, portadores de melhor destino que seus parentes espanhóis. A partir do Rio de Janeiro, D. João passou a governar as possessões bragantinas na América, na África e na Ásia, consciente de que, frente ao destino incerto da Europa em virtude das guerras napoleônicas, os Bragança poderiam permanecer, para todo sempre, no Brasil. Assim, diversas medidas foram tomadas para adequar a porção americana do Império Ultramarino Português à condição de sede da mo-

narquia. Conforme apontado por Araújo (2021), a Marinha portuguesa estabeleceu-se no Novo Mundo, onde foram criadas a Real Academia dos Guardas-Marinha⁴, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos⁵ e buscava-se a expansão territorial em direção a Caiena e ao Prata.

No que se refere às expedições militares, resumidamente, no Norte, o ataque foi organizado pelo capitão-general do Pará. Junto à atuação das tropas terrestres, houve a participação de força naval anglo-lusa, tendo sido a aliança com a Inglaterra maior poder naval da época, elemento de extrema relevância para garantir a conquista setentrional. No Sul, a instabilidade causada pelos diversos projetos políticos em disputa, conforme demonstrado em parágrafo anterior, permitiu que D. João enviasse tropas ao Prata em 1811 e 1816.

A primeira invasão foi marcada, assim como a da Guiana, pela interferência britânica, porém, no Sul, a Inglaterra desejava que Portugal se retirasse prontamente, inclusive pela configuração das relações político-diplomáticas entre os governos inglês e espanhol à altura do ataque luso. Já a incursão de 1816 ocorreu em contexto de maior oferta de contingentes militares e de menor dependência em relação aos ingleses, essencialmente em razão do término das guerras napoleônicas.

Como líder militar da ação foi destacado o General Carlos Frederico Lecor, que liderava força composta por indivíduos nascidos no Brasil e em Portugal, sendo que os da Europa eram denominados Voluntários Reais do Príncipe (posteriormente, Voluntários Reais D'El Rei). Em relação à missão, que partiu do Rio de Janeiro em direção a Montevideu, Silva (2009, p.32) pontua que "os navios participantes eram a Nau *Vasco da Gama*, a Fragata *Fénix*, os

Brigues Lebre, *Gaivota do Mar, Falcão, Real João* e Previdente e os Transportes (Mercantes) *Santiago Maior, Caridade, Fénix, Fénix II, Águia Volante e John Frith*".

Parte das forças ocupadoras adentrou, por terra, a Banda Oriental, mas contavam com o apoio das forças navais. Em 1817, Montevideú, que até poucos anos antes era controlada por segmentos sociais fiéis à Espanha, passava à órbita lusa. Após negociações políticas, o Cabildo montevideano entregou as chaves da cidade amuralhada a Lecor (CNAA, 1998) e instalava-se aí governo de coalizão entre os súditos dos Bragança e potentados locais.

Destaca-se que, nesse ínterim, o governo espanhol de Montevideú caiu em 1814, tendo ido, a urbes, ao controle portenho, que perdurou até 1815, quando Artigas a conquistou e a comandou até o estabelecimento do governo de Lecor. De 1816 a 1820, a Banda Oriental foi palco de diversos conflitos entre as forças de D. João e as de Artigas, sendo que este último, derrotado, acabou por exilar-se no Paraguai.

A área ocupada adentrou a década de 1820 parecendo que, ao lado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves teria um destino pacífico, longe das guerras que a assolou por praticamente dez anos e que, no novo decênio, muitas outras partes dos antigos vice-reinos espanhóis ainda estavam submersos. No entanto, com a Revolução Portuguesa de 1820, liberal e que, entre as suas demandas, estava a do retorno de D. João VI a Portugal e o estabelecimento de uma constituição para o Reino Unido português, iniciava-se o processo de desestruturação da administração lusa comandada por Lecor. Como Belém, Salvador e Rio de Janeiro, palcos de levantes militares com a seguida adesão às Cortes de Lisboa⁶, Montevideú assistiu, em março de 1821, a divisão das forças

dos Bragança, situação que perdurou, em solo platino, até 1824.

A maioria dos Voluntários era partidária de Lisboa e, deste modo, o grupo iniciou uma série de reivindicações, como a do seu retorno a Portugal. No primeiro motim, obrigaram Lecor a jurar obediência à Constituição que viesse a ser elaborada pelas Cortes e criaram, em Montevideú, um Conselho Militar, uma permanente ameaça ao general, pois embora ele presidisse o novo órgão, seu vice era o chefe dos revoltosos. Ao longo de 1821 e 1822, Lecor teve que ter a habilidade política de lidar com outros levantes e com a deterioração de sua relação com os Voluntários, inclusive em razão do desgaste das relações entre D. Pedro e Lisboa (FERREIRA, 2012).

Concomitantemente, os liberais portugueses desejavam pôr termo à ocupação do Prata. Ainda no Rio de Janeiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Silvestre Pinheiro Ferreira, aconselhou D. João VI a ordenar que se reunissem, em Montevideú, deputados locais para que esses decidissem o porvir da invasão (ANNAES, 1876), porém membros da coligação luso-montevidiana tiveram forte influência no Congresso Cisplatino. Seus parlamentares legitimaram a ocupação lusa da Banda Oriental, a transformá-la, em julho de 1821, no Estado Cisplatino Oriental, parte do Reino Unido português (ACTAS, 1821).

Quando o escrutínio aconteceu, a família real portuguesa já havia retornado à Europa – sendo de conhecimento público que apenas os príncipes Pedro e Leopoldina permaneceram no Brasil – e as ordens para definir o futuro da Banda Oriental, datadas de 16 de abril, fizeram parte das últimas medidas de D. João nas Américas. Em 26 de abril de 1821, o rei e sua corte voltaram para Portugal (FERREIRA, 2010a).

Em Lisboa, diversos parlamentares desejavam a pronta retirada de Portugal do Prata e Pinheiro Ferreira destituiu Lecor, mas o general o desobedeceu, permanecendo no seu cargo em Montevideú. Os Voluntários questionaram a criação do Estado Cisplatino, tornando o ambiente político ainda mais tenso na região (FERREIRA, 2012). Por outro lado, o Rio de Janeiro acolheu, como representante cisplatino, Lucas Obes, importante membro da coalizão luso-montevideana (PIVEL DEVOTO, 1936).

Em contexto de árdua disputa de poder entre os governos fluminense e lisboeta, o primeiro aceitou o deliberado no Congresso Cisplatino e, ao mesmo tempo em que agradava aos seus tão necessários aliados políticos do Prata, representados no Rio por Obes, deixava ainda mais descontentes os Voluntários Reais, o que implicava aumento das tensões na região. Nesse contexto, qual o posicionamento das forças navais estabelecidas no espaço platino? Boiteux (1915, p.117) afirma que

O chefe de esquadra Rodrigo Lobo, n'essa emergência e que comandava a esquadilha distribuída por Montevideo, Colonia do Sacramento e outros pontos e composta da fragata Thetis, capitaneada, e escunas Oriental, Maria Thereza, Luiz de Camões, D. Álvaro de Castro [sic], Maria Isabel, Isabel Maria e barco Infante D. Sebastião, tomou não resolutamente o partido de Lecór. Dependente o fornecimento de seus navios da intendência de Montevideo, via-se na contingência de contemporizar⁷.

O recrudescimento das relações entre os partidários do Brasil e os de Portugal fez com que, em setembro de 1822, Lecor e parte de seus aliados fugissem para o interior cisplatino. Paralelamente, a Fra-

gata Thetis, que estava em Montevideú, obedecendo às últimas ordens de Lecor a partir desta cidade, bloqueou seu porto, conforme noticiou El Argos de Buenos Aires⁸. Estava preparado o caminho para o conflito entre militares que outra serviram ao mesmo rei. Refletia-se, às margens do Prata, a intensa crise que a monarquia lusa atravessava e que levou à cisão do Reino Unido português e à criação do Estado Nacional brasileiro

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PRATA E A ARMADA IMPERIAL

Importante episódio da citada separação foi a aclamação do príncipe português como Imperador do Brasil, no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1822 – pontua-se que, no referido ano, esta data reverberou mais como ruptura com Portugal do que o 7 de setembro (KRAAY, 2010). Sobre o episódio ocorrido em terras fluminenses, Lúcia Bastos Pereira das Neves pontua que “A ideia de um Império brasileiro surgiu definitivamente com a aclamação do príncipe regente D. Pedro, como Imperador do Brasil” (NEVES, 2003, p.204).

Pelos impactos da cisão no Prata, é válido dedicar algumas linhas ao fato, inclusive por esta estar profundamente atrelada à criação do Estado Nacional brasileiro, conforme apontado por João Paulo Pimenta (2024, p.62), que salienta que nação e estado nasceram juntos “no processo de Independência do Brasil”. Usa-se, portanto, neste artigo, Independência pelo uso da palavra à época dos fatos analisados e pelo seu emprego pela historiografia – inclusive diversas publicações recentes, editadas também em razão do bicentenário, não aboliram o vocábulo, bem como há a sua utilização quando a análise volta-se para o mundo hispânico⁹.

Retomando Pimenta, o historiador afirma que, em 1822, “a palavra independência tinha mais de um sentido”, ou seja, “majoritariamente, independência significava a capacidade autônoma, por parte de um grupo de pessoas, de tomar uma decisão política sem influência externa” e, deste modo, “dentre as alternativas contidas nesse futuro a separação total era apenas uma delas” (PIMENTA, 2024, p.45). Lúcia Bastos Pereira das Neves, no Dicionário da Independência do Brasil, obra organizada por Cecília Salles de Oliveira e João Paulo Pimenta destaca que

Independência tornou-se, assim, o conceito que mais êxito logrou na linguagem política do Reino do Brasil, a partir de meados de 1822. Além de caracterizar o rompimento do vínculo entre Brasil e Portugal, independência serviu para definir a liberdade sem sujeição, de se fazer o que quer sem autoridade ou sem o consentimento de outrem. (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022, p.488)

Entende-se que à altura em que nasceu, no segundo semestre de 1822, no Rio de Janeiro, a unidade político-administrativa designada Império do Brasil, desligada do governo lisboeta, não havia uma identidade nacional brasileira. As identidades dos seus habitantes passavam pela nação, que era a portuguesa, e pelo local de nascimento. O indivíduo entendia-se, no âmbito macro, como português. A ideia de nação referia-se, portanto, à portuguesa. No micro, era-se rio-grandense, fluminense ou pernambucano e não “brasileiro”, “brasiliano” ou “brasiliense”. Essa questão contribui para explicar porque diversos portugueses de nascimento atuaram política, econômica e militarmente pela independência do Brasil e, igualmente, como vários “brasileiros” agiram para manter suas respectivas províncias unidas a Lisboa.

No tocante às diversas partes que compunham a América Lusa, embora houvesse o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Brasil era desunido entre si. Pode-se detectar o exposto na atuação divergente dos deputados do reino americano nas Cortes de Lisboa, conforme analisado por Berbel (1999), ou no fato de que o projeto do Império não foi, na primeira metade dos oitocentos, unanimidade na área de sua, muitas das vezes, pretensa jurisdição. Sucintamente, alguns exemplos: de 1822 a 1824, Salvador, São Luís, Belém e Montevidéu resistiram ao projeto imperial. Em 1824, eclodiu, em Pernambuco, a Confederação do Equador e, em 1825, a Guerra da Cisplatina. Na década seguinte, de 1835 a 1845, houve a Farroupilha, que teve como palco o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Criava-se, portanto, em 1822, uma unidade político-administrativa, o Império, que tentava levar do Amazonas ao Prata a sua autoridade, bem como começava-se a forjar o Estado Nacional brasileiro, separado dos demais domínios dos Bragança que permaneceram vinculados com Lisboa, em um processo que envolveria várias guerras e disputas armadas ao longo da primeira metade do século XIX. A compor estes múltiplos conflitos, estão as guerras de independência, ocorridas no contexto de implementação do projeto de D. Pedro e de José Bonifácio de conversão do vasto território do Reino do Brasil no do Império centralizado no Rio de Janeiro. Para estender seu poder de Norte a Sul, o Imperador adotou várias estratégias, desde articulações políticas com grupos provinciais até o emprego de forças navais.

Sobre este último ponto, conforme destacado por Salgado (2022, p.32), “D. Pedro I, sabendo bem da importância das rotas marítimas para a economia brasileira, promulga, a 13 de setembro de 1822, o decreto de criação da Marinha Imperial”.

Em relação ao nascimento da Armada, Araújo (2021, p.81 e 82) observa que

Quando a guerra [da independência brasileira] eclodiu, o Império do Brasil teve que criar a sua Marinha de Guerra, valendo-se dos serviços de oficiais estrangeiros, em sua maioria de origem britânica, entre escoceses, ingleses e irlandeses. Thomas Cochrane, ex-oficial da Marinha britânica, seria o comandante da primeira Marinha Imperial.

Uma vez mencionada a Marinha, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (futuro Marquês de Barbacena) foi importante personagem para o recrutamento, em solo britânico, de homens para a citada força. Em carta a José Bonifácio, o aliado do Império destacava a relevância da Armada para o projeto imperial e, a comparar com a situação da América Espanhola, mais precisamente com a da Colômbia, afirmava ao ministro que a guerra prolongou-se aí pela ausência de força marítima e, deste modo, apontava a suma importância das forças navais para o Brasil ter o controle dos “mares do Sul” (PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO, 1907, p.268).

Em sintonia com o exposto, Araújo (2021, p.83) destaca que

Tal como no Pacífico durante a guerra de independência das colônias espanholas, o domínio marítimo foi crucial. Somente tomando o controle do mar, o nascente Império do Brasil poderia interromper o fluxo de reforços de Portugal, bloquear e expulsar as guarnições inimigas e tornar a independência uma realidade.

Nota-se que esses conflitos bélicos compreendidos da região amazônica ao espaço platino, a independência e a construção do Estado Nacional brasileiro estiveram profundamente vinculados e, sobre este atrelamento, Winter (2023) destaca que

As batalhas representaram a combinação de interesses regionais, a adesão ao projeto brasileiro ou a manutenção dos vínculos com Portugal e eventuais vantagens econômicas e políticas para esses grupos de interesses localizados, além das dinâmicas imperiais do projeto de uma monarquia constitucional centralizada no Rio de Janeiro. Elas foram parte não apenas do processo de separação política entre Brasil e Portugal, mas também da construção do novo Estado e da nova nação.

Ainda em relação ao conturbado período histórico, Silva (2009, p.64) pontua que

Quando da proclamação da independência do Brasil, grande parte das guarnições dos navios de guerra ali estacionados aderiu à causa de D. Pedro, com destaque para os que se encontravam surtos no Rio de Janeiro (sobretudo) e em Montevideu.

No que tange à cidade platina, uma vez fora dela, Lecor executou ordem de D. Pedro para acabar com o Conselho Militar, ato inviável em Montevideu pelo apoio que este tinha dos Voluntários. O general tornava público, em contexto que lhe era conveniente, sua adesão ao Rio de Janeiro e medida para ampliar sua liberdade de ação nos negócios platinos. De tal modo, Lecor comunicava a Álvaro da Costa¹⁰, agora o líder máximo de Portugal no Prata, o fim do Conselho que vinha dando várias das regras do jogo político¹¹. Como resposta, Álvaro da Costa informava que o Conselho não iria dissolver-se¹².

A atrelar acontecimentos que envolveram as forças terrestres e navais, Boiteux (1915, p.118) narra que

Para fazer o embarque das tropas de D. Álvaro, mandou o ministro da marinha a Montevideo, no comando de uma divisão naval, o capitão de mar e guerra David Jewett: compunha-se esta das fragatas Ipyranga, ex

União, Paraguassú ex Carolina e corveta Liberal, comboiando os seguintes transportes: Bella Bonita, Sete de Março, Conde de Arcos, General Lecór e brigue Liguri [...]

Logo que deo fundo a divisão naval brasileira á bordo da capitanea apresentou-se o vice-almirante Rodrigo Lobo para receber ordens do Imperador. Sabedor do facto, deo ordem D. Alvaro para que ao saltar de regresso de bordo, o almirante Rodrigo Lobo, fosse preso. Deixou-se porém ficar á bordo da Thetis, por ler sido avisado [...] do que lhe estava preparado.

Recusando-se D. Álvaro, sob diversos pretextos, a embarcar tratou Rodrigo Lobo de retirar-se com sua divisão para a colonia do Sacramento [...]

Por ordem do Imperador, inclusive pela carência de forças navais para proteger o Estado Imperial que estava a nascer, a missão de Jewett deveria ser rápida. A Fragata Thetis e a galera Conde dos Arcos

se achavam no porto [de Montevideú]. Ambas estas embarcações, devido a um grande pampeiro [vento típico da região], haviam arrastado seus ferros, do ancoradouro de franquia, vindo quasi a praia, dentro do porto, onde estavam dominadas pelas baterias do porto e por não terem maruja, guarnecia-a um destacamento de soldados, revesado quinzenalmente (BOITEUX, 1917, p.138).

Frente ao quadro, no qual a Thetis, cuja extracção do porto é impossível” (Idem), Jewett propôs a Lecor que fosse ateado fogo à fragata, pois esta poderia ser utilizada, futuramente, contra o Brasil. O general não permitiu, a alegar que Pedro I não havia ordenado expressamente a sua destruição, tendo sido o seu posicionamento idêntico ao de Tomás Garcia

de Zúñiga, síndico procurador do Estado Cisplatino, e do Vice-Almirante Rodrigo Lobo. Desse modo, “em vista disto deu David Jewett sua comissão por terminada; entregando os transportes á Rodrigo Lobo, os quaes foram mandados para Maldonado, fez-se de vela para o ponto de partida [o Rio de Janeiro]” (Idem).

Ao mesmo tempo, Lecor agia para retirar os Voluntários do Prata. O general conseguiu, em Buenos Aires, transporte para o restante do 1º e do 2º Batalhão de Caçadores. O embarque seria feito em Colônia. Em 29 de dezembro, o general participava do processo de embarque dos dois Batalhões de Caçadores e esperava que a ação atingisse o ânimo dos militares situados em Montevideú, inclusive a estimular que esses desejassem partir, o que complicaria as ações do Conselho Militar, caso este último decidisse permanecer na cidade por mais tempo¹³.

A 13 de janeiro saiu de Colônia o restante do 1º Batalhão de Caçadores na Galera Imperatriz Leopoldina. O 2º Batalhão permaneceu em território cisplatino. Uma das razões era para que houvesse o pronto embarque do 1º Batalhão, de forma que não desse tempo para os revoltosos de Montevideú informarem-se e pararem a galera com a Fragata Thetis¹⁴. Dias depois, ia embora, também por Colônia, o 2º Batalhão¹⁵. Este foi tirado do Prata e colocado em Maldonado para, depois, partir da região do Prata¹⁶

Após ter escoltado o 1º Batalhão de Caçadores até o Rio de Janeiro, a Escuna Maria Thereza, que rumava de Maldonado a Colônia, entrou em Montevideú para se juntar às forças de Álvaro da Costa. O oficial de Marinha D. F. Procópio sublevou a tripulação, que prendeu o Comandante Francisco de Assis Cabral e o também oficial Almeida, sendo que ambos “ficaram expostos aos insultos da Soldadesca”¹⁷.

A ação repercutiu, através da imprensa, no Rio e em Buenos Aires¹⁸. Soma-se que “seu exemplo [o da Maria Thereza] viria a ser mais tarde seguido pelas corvetas Conde dos Arcos e General Lecor (depois Restauradora) e pelo brigue Liguri” (PEREIRA, 2002, p.51). Com tal ação, os portugueses de Montevidéu se fortaleceram, pois Álvaro da Costa ordenou que os transportes fossem armados (VALE, 2002b).

Ainda que o general tenha conseguido, via marítima, a saída de Voluntários, isso não significa que não houvesse carência de barcos. Em 12 de janeiro de 1823, conforme consta da documentação analisada, Lecor não havia removido os Voluntários de Montevidéu pela falta de embarcações em solo cisplatino e em Buenos Aires¹⁹. Em 21 de janeiro, elas ainda não haviam sido obtidas, bem como o general pedia ao ministro da Marinha embarcações para que o sítio que faria por terra lograsse êxito²⁰. No dia 31, Lecor relembra ao Rio da relevância das naus de guerra²¹, sendo que em Montevidéu estava o depósito de pólvora necessário à execução dos planos do militar – inclusive o general solicitou ao governo central suprimentos, que viriam por mar, porém, o desembarque deveria ser feito em Maldonado ou em Colônia²².

Outro ponto que contribuía para a complexidade para viabilizar o Prata como fronteira austral do Império é que Lecor cria que os Voluntários não desejariam embarcar, inclusive pelas conversações com Madeira de Melo²³, que permitiu aos homens de Álvaro da Costa sacarem 30 contos de réis por mês de comerciantes baianos para manterem-se em Montevidéu²⁴.

Sobre a Bahia, no final de 1822, ganhava corpo a notícia a respeito da possível junção dos Voluntários com os militares estacionados em solo soteropolitano, o

que preocupava Lecor, sendo importante lembrar que, concomitantemente, Salvador vinha recebendo, por via marítima, reforços militares enviados pelo governo lisboeta (PEREIRA, 2022). Para Lecor, a solução para a plausível união estava nos mares: em ofício ao Rio, o general expunha que o Brasil necessitava de baixéis de guerra para escoltarem as embarcações que os Voluntários fretaram, bem como para impedir-lhes de levarem a Thetis, pois caso não houvesse tal ação, seus rivais se estabeleceriam na Bahia²⁵. Vale (2002a) afirma que Lisboa mandou Madeira transferir as forças lusas de Montevidéu para Salvador. A ordem chegou ao Brasil no final de março de 1823.

Nesse complicado contexto de 1822 para 1823, no árduo processo de construção do Estado Imperial, insatisfeito com a atuação de Rodrigo Lobo no Prata, Pedro I, a 3 de fevereiro, o substituiu. Para liderar as forças do Império na região foi nomeado o capitão de mar e guerra graduado Pedro António Nunes (BOITEUX, 1915). Em relação ao sítio de Montevidéu, as forças do Império cercaram a cidade no dia 23 de janeiro de 1823²⁶, mas o porto de Montevidéu permaneceu livre para os Voluntários realizarem qualquer tipo de atividade, e, assim, Lecor escrevia ao governo imperial a expressar, mais uma vez, a importância da atuação da Armada: “[...] muito desejo a Força Marítima, pois que a declaração de Bloqueio, e mesmo o Cítio que se acha em perfeita execução não lhe priva os recursos, em quanto tiverem o Porto livre [...]”²⁷

A extração da mensagem do militar ao governo central retoma o quão necessárias eram as forças marítimas para manter o Brasil no Prata, sendo que os pedidos ao Rio de Janeiro seguiram-se ao longo de 1823. Como exemplo, em 8 de fevereiro, o general expunha a José Boni-

fácio que “se faz da primeira necessidade [...] alguns Navios de guerra p^a bloquear o Porto [de Montevideú]” (ARQUIVO, 2018, p.319). Em março, os aliados do Império seguiam com a reivindicação, a apontar a pouca utilidade de cercar Montevideú apenas por terra²⁸. Em maio, Lecor reuniu o Conselho de Guerra, que ratificava sua posição de que a resolução dos conflitos só ocorreria com o bloqueio por mar. Este último seria, em conjunto com o terrestre, eficaz para derrotar os Voluntários²⁹.

Porém, qual a razão para o governo imperial não atender às demandas de seus aliados? Sucintamente, o Estado Nacional que estava a ser criado vivia dificuldades de ordem prática para se manter vivo com os poucos recursos que possuía. Passava, por exemplo, por organização administrativa (COSTA, 2008), que era realizada com falta de verbas. Fazia-se necessário criar uma Marinha de Guerra. Era, ainda, fundamental expulsar as forças pró-Lisboa da América, seja para herdar as dimensões territoriais do Brasil Reino, seja para a própria sobrevivência do governo imperial, afinal se as tropas fiéis às Cortes permanecessem no Novo Mundo, provavelmente estas atacariam o Imperador e o Rio de Janeiro.

Diante do quadro demasiado complexo, o governo fluminense decidiu começar o enfrentamento aos elementos fiéis a Lisboa por Salvador. Pragmaticamente, para expelir o inimigo, escolhia-se a segunda cidade mais importante do Império, que, por sua vez, situava-se em relevante ponto estratégico. Em seguida, partir-se-ia ao Meio-Norte. Agrega-se que, conforme pontuado por Araújo (2015, p.31), “o norte do Brasil era para Portugal, na prática, outra colônia, e que havia um distanciamento muito grande destas em relação às demais capitânicas do norte e por extensão ao Rio de Janeiro”.

Em fins de julho, caiu a resistência no Maranhão e, em agosto, no Pará, tendo sido as forças navais de Cochrane fundamentais para submeter os atuais Norte e Nordeste ao Império. Enquanto resolvia-se o projeto do Brasil, a sufocar os opositores estabelecidos na área setentrional, Lecor não recebia as tão aneladas embarcações para manter o Prata como fronteira meridional do Estado que estava a nascer.

Em agosto de 1823, novos problemas poderiam comprometer a presença brasileira no espaço platino. Atores locais rivais do Império buscavam envolver Londres nas querelas do Prata e, assim, Lecor advertia ao Rio sobre o “plano desesperado, que se agita em MonteVideo, e que os Revolucionários pretendem realizar [...] que de nada menos se trata do que de oferecer esta Provincia á Graã Bretanha.”³⁰ Os revolucionários – designação dada por Lecor aos opositores oriundos do Prata – pediriam ao comandante das forças navais britânicas na América Meridional que ocupassem os portos cisplatinos até a resolução do Gabinete Inglês e obteriam recursos financeiros e armas com negociantes ingleses, em especial os de Buenos Aires.³¹ Vê-se o interesse britânico (ou de setores da sociedade britânica) no Prata no período posterior à Independência brasileira, antes mesmo de sua atuação efetiva na Guerra da Cisplatina (1825 – 1828).

Diante da ameaça da principal Marinha de Guerra da época, Lecor alertava ao Rio de Janeiro sobre a necessidade de pôr prontamente termo à situação em que Montevideú encontrava-se: “[...] convem pôr-me, com Forças de Mar, e Terra, em estado de concluir as operações contra aquella Praça, por que, acabadas ellas, não tem qualquer novidade tanta importancia, nem oferecerá tamanha difficuldade.”³²

O BRASIL CHEGA AO PRATA: AS EMBARCAÇÕES E A MONTEVIDÉU IMPERIAL

Resolvidas as querelas no Norte, chegava a vez do governo central dedicar-se ao Prata. Em relação às forças navais, Boiteux (1921, p.308) aponta que

Para atender-se ao sul foi mandada uma divisão sob as ordens do Capitão de Mar e Guerra Pedro Nunes, saindo a 12 de Agosto o brigue “Cacique”, de 18 canhões, commandante Capitão Tenente Antonio Joaquim do Couto, a 14, a corveta “Liberal”, de 24 peças, commandante Capitão Tenente Salema Garção; a 16, o brigue “Guarany” de 16 canhões, commandado pelo Primeiro Tenente James Nicoll: escuna “Leopoldina”, com 12 canhões, sob o commando do 1º Tenente Bibiano Francisco de Castro, escuna “Sete de Março”, de um rodizio, ao mando do 2º Tenente Francisco de Paula Ozorio, e “Sete de Fevereiro”. Na Colonia do Sacramento ás ordens do Rodrigo Lobo estavam e “Real Pedro” de 14 canhões, commandado pelo 1º Tenente João Guilherme, official este que fora substituído no commando pelo da escuna “Leopoldina”, por acto de insubordinação, ficando naquella o immediato 2º Tenente Joaquim da Silva Lobão e escuna “Cossaka” de 1 rodizio, commandada pelo 2º Tenente Jacintho Alves Branco Muniz Barreto.

Em setembro de 1823, chegavam à Cisplatina, embarcações imperiais, em fase na qual (1822 – 1825), conforme analisado por Franchini Neto (2022), a Marinha brasileira estava em expansão, sendo seu porte significativo inclusive se comparado ao de outras nações da época. Lecor questionava se estas seriam suficientes para deter Álvaro da Costa, inclusive pelo fato de que seu oponente poderia armar outras embarcações. Sobre a reação do

inimigo, o general escrevia que “D. Alvaro está tao empenhado, e os soldados em tal extremo de fascinação, ou capricho, que he preciso julgalos capases de grandes esforços [...]”

No princípio de outubro, Lecor afirmava que o “sitio prossegu[ia] sem novidade”. O bloqueio demorava-se em função da reunião das tropas em Colônia e dos ventos que não estavam favoráveis às embarcações. Ao mesmo tempo, Álvaro da Costa conseguia abastecer Montevidéu, que estava carente de alimentos, e, ainda, trabalhava para arregimentar homens em Buenos Aires. No dia 11, o general conseguiu fechar o porto de Montevidéu com embarcações de guerra. A 21, o embate, que culminou na vitória do Império.

A comunicação entre Pedro António Nunes e Luiz da Cunha Moreira, Ministro da Marinha, oferece informações concernentes ao conflito, como a de que ao lado de Portugal estiveram os navios Conde dos Arcos e General Lecor, o Brigue Sardo e a Escuna Maria Thereza e, do Brasil, a Escuna Seis de Fevereiro, a Corveta Liberal e a Leopoldina. Além disso, morreram seis portugueses e outros dezoito foram feridos. Do documento não constam nomes de óbitos ou feridos de partidários do Império (SILVA, 1881).

Em relação ao episódio, Pereira (2022, p.51) narra que Álvaro da Costa

mandou preparar a pequena flotilha portuguesa para tentar furar o bloqueio dos navios brasileiros e restabelecer os contactos com o exterior; os navios portugueses fizeram-se ao mar [...]

Ao aperceberem que os navios portugueses largavam do porto, os brasileiros aguardaram-nos fora do alcance das baterias de terra. O vento fraco desfez as formaturas das duas frotas e o combate transformou-se em duelos de artilharia isolados.

Pelas 16 horas, com os navios das duas frotas muito danificados e as guarnições exaustas, os comandantes puseram termo à luta, recolhendo os navios portugueses a Montevideú.

No final do mês, Álvaro da Costa aceitou com o fim da resistência e pedia a Lecor o término das hostilidades e a abertura do comércio de Montevideú com a campanha³⁵. O general estabeleceu que haveria as desejadas transações comerciais por apenas alguns dias. Ambas as partes aceitaram, neste momento de negociações, o fim das hostilidades³⁶, e, no dia 30 de outubro, estas cessaram.³⁷ A convenção ajustada veio à luz a 18 de novembro.

O primeiro artigo estabelecia a suspensão dos confrontos. O segundo, o comércio franco por mar e terra com Montevideú, que, de acordo com o terceiro, seria o local da partida dos Voluntários tão logo os embarques estivessem prontos. Os custos seriam arcados pelo Império e as embarcações seriam guarnecidas até os Açores. O artigo 4 tratava do pagamento do soldo dos Voluntários até o dia de seu embarque e o quinto das suas dívidas em Montevideú, sendo que Lecor negava-se a pagar os empréstimos contraídos. Postergava-se, então, a resolução. O sexto definia que a posse da Fragata Thetis seria solucionada pelos gabinetes de Portugal e do Brasil. Os Batalhões de Libertos e os Dragões da Província seriam anexados ao Exército Imperial, conforme versava o artigo sete. O oitavo estabelecia que os atores locais não poderiam ser perseguidos pelo seu posicionamento político prévio e estabelecia que os prisioneiros de guerra ganhariam a liberdade. O nono e último determinava que as chaves de Montevideú seriam devolvidas ao seu Cabildo.³⁸

Em 3 de janeiro de 1824, Pedro Antônio Nunes, Capitão de Mar e Guerra, Comandante da Esquadra Imperial no Prata,

informava a Francisco Villela Barbosa, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, que havia nomeado os Bergantins Cacique e Guarani, que no ano anterior lutaram contra Álvaro da Costa, para acompanhar os transportes dos Voluntários até os Açores. Eles deveriam parar em Pernambuco para abastecerem (SILVA, 1881; GODOY, 2007), mas ainda que tenha havido o acordo, as forças do Brasil não confiavam nas de Portugal. Como exemplo, Lecor escrevia, em 23 de janeiro de 1824, a Nunes a pontuar que

Estando proximos a dar á vela os Transportes que conduzem a Portugal a Divisão de Voluntarios Reaes daquelle Reino, V. S. mandará apromptar até ao dia 3 de Fevereiro proximo futuro, duas embarcações dessa Esquadra, que não só possam cumprir o que se acha estipulado no Artigo 3.º da Convenção, mas sejam capazes do satisfazer as instrucções, que eu lhe expedirei, para segurança da costa do Brazil, por onde a Expedição navegar. (SILVA, 1881, p.17)

A desconfiança também surgia em outro ofício de Lecor a Nunes datado de 30 de janeiro de 1824, em especial na demora do líder das forças lusas de aceitar as embarcações oferecidas para partir para a Europa. Álvaro da Costa argumentava questões como que a *Bella Bonita*, que lhe foi oferecida pelo Brasil, era ronqueira. Exigia, também, embarcação separada para hospital e ameaçava o Império que se na esquadra fossem recebidos desertores faria evacuar as embarcações brasileiras do porto de Montevideú. Lecor afirmou ao seu interlocutor que “a prudencia manda attender, para desconfiar que D. Alvaro da Costa, pretende ganhar tempo contra o embarque da Divisão de Voluntarios Reaes para Portugal”, pois “algumas noticias da Europa tenham influido para que D. Alvaro queira delongar o embarque ajustado” (Idem, p.18).

Ainda que Álvaro da Costa tenha posto algumas condições, os portugueses partiram de Montevideu a 28 de fevereiro de 1824. No dia 2 de março, após aproximadamente um ano e meio fora da cidade, Lecor adentrou novamente pela porta de Montevideu. Enfim, o Estado Imperial estabelecia sua fronteira sul ao longo de todo o litoral cisplatino. Também em 1824 houve a proclamação de D. Pedro I como Imperador em Montevideu e o juramento da Constituição brasileira na citada urbe. Por fim, a dominação imperial sobre a cidade durou até 1828, pois ela esteve sob controle brasileiro durante a Guerra da Cisplatina.

CONCLUSÃO

Entende-se que os acontecimentos que tiveram como palco a área que atualmente corresponde à República Oriental do Uru-

guai foram, nas décadas de 1810 e 1820, fortemente influenciados pelo processo de deterioração dos Impérios português e espanhol, mas, também, pela construção dos Estados Nacionais no espaço sul-americano. A criação e consolidação das novas unidades político-administrativas no Novo Mundo estiveram associadas a múltiplas guerras e conflitos que a região assistiu na primeira metade do século XIX, e que contou com embates terrestres, mas, também, marítimos e fluviais.

Salienta-se, por fim, que a atuação das forças navais foi fundamental para o desenrolar dos fatos tais quais os conhecemos, seja na ocupação joanina do Prata, seja na expulsão dos portugueses do território cisplatino e, assim, estabelecer a mencionada via fluvial como limite austral do Brasil, ainda que por um curto período de tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ACTAS DEL CONGRESO CISPLATINO. Montevideo, 1821. Archivo General de la Nación.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do Império em 1823. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v.33, nº2, pp.29-48, 2015.

_____. A primeira Esquadra da Marinha de Guerra, do crepúsculo com o Reino Unido de Portugal ao alvorecer com o novo Império do Brasil 1820 – 1823. In: *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 17, nº34, pp.76-94, 2021.

ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA INDEPENDÊNCIA, v.5. Brasília: FUNAG, 2018.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Vol.1, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915.

_____. *Os nossos almirantes*. Vol.2, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1917.

_____. *Os nossos almirantes*. Vol.4, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1921.

COSTA, Frederico Lustosa da; O'DONNELL, Julia; MENDES, Pedro Barbosa. 1808-2008. Por uma nova história da administração pública brasileira. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, nº443, p.287-312, 2009.

CNAA Comisión Nacional Archivo Artigas, t. XXX, Montevideu, 1998.

FERREIRA, Fábio. O 1808 português e espanhol e os seus desdobramentos na Banda Oriental do Rio da Prata. In: ORTIZ ESCAMILLA, Juan; FRASQUET, Ivana (Orgs.). *Jaque a la corona: la cuestión política en las independencias ibero-americanas*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I/Servei de Comunicació i Publicacions, 2010a, pp.37-56.

_____. A participação de índios e negros no exército português: o caso da Cisplatina. In: TAVARES, Célia; RIBAS, Rogério (Org.). *Hierarquias, raça e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010b, pp.141-150.

_____. A política externa joanina e a anexação de Caiena: 1809-1817. In: *Revista Tema Livre*. Niterói, nº7, 2003.

_____. Da América Espanhola à Portuguesa: aspectos políticos e administrativos do Estado Cisplatino Oriental no contexto das Independências. In: *Contraponto: Revista do Departamento de História e programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina, v. 12, nº1, pp.76-96, 2023.

_____. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese. (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FRANCHINI NETO, Helio. A Marinha de Guerra na Independência do Brasil: um instrumento estratégico para a vitória na guerra (1821-1824). In: *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 18, nº36, pp.77-103, 2022.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. *Naus do Brasil Colônia*. Brasília: Senado Federal, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 52-61, 2010.

JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*: Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (Orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: Edusp; Publicações BBM, 2022.

PEREIRA, José António Rodrigues. A Armada Real na Independência do Brasil. Da Partida do Rei à Rendição da Província Cisplatina (1821-1823). In: *Navegador: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 18, nº36, pp.37-56, 2022.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

_____. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.

PIVEL DEVOTO, Juan E. El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t.XII, pp.111-424, 1937.

PRADO, Fabrício. Comércio Trans-Imperial e Monarquismo no Rio da Prata Revolucionário: Montevideu e a Província Cisplatina (1808-1822). *Almanack*, Guarulhos, nº24, p.1-47, 1 abr 2020.

PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO PUBLICO NACIONAL. v.7, Rio de Janeiro: Typographia do Archivo Publico Nacional, 1907.

SALGADO, Augusto. Revisitando 1822: o mar no processo de construção da Independência do Brasil. In: CARMONA, Ronaldo (org.). *Brasil 200 anos: Estudos e Ensaio sobre o Bicentenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2022, pp.22-38.

SECRETO, María Verónica. *O sul do Sul: geopolítica, mercadorias e atores nos mares do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851)*: adaptação a uma Nova Realidade. Dissertação (Mestrado em História Marítima). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

SILVA, Theotônio Meirelles da. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. 3º Vol. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1881.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino (1808 – 1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALE, Brian. A ação da Marinha nas Guerras da Independência. In: *História Naval Brasileira*. Vol.3, Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, pp. 91-126, 2002a.

_____. A criação da Marinha Imperial. In: *História Naval Brasileira*. Vol.3, Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, pp. 63-88, 2002b.

WINTER, Murillo Dias. “No nosso mesmo Brasil mil exemplos encontrei”: as províncias do Brasil e a experiência insurgente (1817-1850). In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, Paris, EHESS, v. 1, p. 1-18, 2023.

NOTAS

¹ Compreendida, atualmente, como episódio fundamental da independência argentina.

² Designação da área que hoje é a República Oriental do Uruguai.

³ José Gervásio Artigas é, hodiernamente, entendido como prócer da independência uruguaia.

⁴ Com a criação do Estado Nacional brasileiro, a organização passou a ser designada Imperial Academia dos Guardas-Marinhas.

⁵ A partir de 1821, a designação tornou-se Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha.

⁶ As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram convocadas pelo governo português que era fruto da Revolução de 1820. Tinha caráter deliberativo e entendia-se como portadora da vontade da nação portuguesa e, em sintonia com outros movimentos liberais europeus, submeteu a coroa a si, ou seja, ao legislativo. Era composta por deputados eleitos e rejeitavam a representação tradicional através das ordens (clero, nobreza e povo) típicas do Antigo Regime (VAINFAS; NEVES, 2008).

⁷ No artigo serão mantidas as grafias originais dos livros, artigos e documentos.

⁸ El Argos de Buenos Aires, 21 de setembro de 1821. Acervo da Biblioteca Nacional Buenos Aires (doravante El Argos). El Argos, 25 de setembro de 1822.

⁹ Em ordem alfabética, alguns exemplos: Araújo (2015), Ferreira (2023), Franchini Neto (2022), Jancsó (2005), Kraay (2010), Neves (2003), Pereira (2022), Pimenta (2002), Pimenta e Oliveira (2022), Prado (2020), Salgado (2022), Secreto (2022) e Winter (2023).

¹⁰ Álvaro da Costa de Sousa Macedo chegou ao Brasil como parte da Divisão de Voluntários. Em função dos atritos entre Lecor e os militares que aderiram às Cortes, Álvaro da Costa ficou ao lado desses últimos. Pelo seu posicionamento político, era, à altura, o Vice-Presidente do Conselho Militar.

¹¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac. 17, p.14. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Doravante, ANRJ).

¹² Idem, p.13. ANRJ.

¹³ Fundo Cisplatina. cx 977, pac.20, doc. 3. ANRJ.

¹⁴ Fundo Cisplatina. cx. 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

¹⁵ Idem, p.4. ANRJ.

¹⁶ Idem, doc.6. ANRJ.

¹⁷ El Argos, 8 de fevereiro de 1823. Diário de Governo (Brasil Império), nº64, 20 de março de 1823. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/cache/642602941052/10000269-2-0-002300-001500-003148-002053.jpg> Acesso: 4 de fevereiro de 2024.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Fundo Cisplatina. cx. 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

²⁰ Idem, p.4. ANRJ.

²¹ Idem, doc.6. ANRJ.

²² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.5. ANRJ.

²³ Madeira de Melo controlava Salvador. O militar permaneceu ao lado das Cortes, oferecendo resistência ao Império até 2 de julho de 1823. A atuação de Lord Cochrane foi fundamental para a vitória imperial na Bahia.

²⁴ Fundo Cisplatina. cx.977, pac.21, doc.5. ANRJ.

²⁵ Fundo Cisplatina. cx 977, pac.20, doc. 6. ANRJ.

²⁶ Fundo Cisplatina, pac.24, doc.1 e doc.6. ANRJ.

²⁷ Fundo Cisplatina, pac. 23, doc.2. ANRJ.

²⁸ Fundo Cisplatina, pac. 24, doc.6. ANRJ.

²⁹ Fundo Cisplatina, pac.26, doc.1. ANRJ.

³⁰ Fundo Cisplatina, pac.28, doc.12. ANRJ.

³¹ Fundo Cisplatina, pac.29, doc.1. ANRJ.

³² Fundo Cisplatina, pac.28, doc.12. ANRJ.

³³ Fundo Cisplatina, pac.29, doc.3. ANRJ.

³⁴ Fundo Cisplatina, pac.30, doc.1. ANRJ.

³⁵ Fundo Cisplatina, pac.30, p.4. ANRJ.

³⁶ Idem, p.6. ANRJ.

³⁷ Fundo Cisplatina, pac.31, p.40. ANRJ.

³⁸ Idem.